

Carvão pode dar lugar ao hidrogénio no Pego e em Sines

Ambiente
Ana Brito

Endesa, Trustenergy e EDP estudam alternativas ao encerramento das centrais eléctricas a carvão, que têm mais de 500 trabalhadores

Com o fim anunciado da produção eléctrica a partir do carvão em Portugal até 2023, as empresas que exploram as duas centrais do país estão a estudar cenários que possam viabilizar o futuro destas unidades, onde trabalham mais de 500 pessoas, cerca de 400 em Sines e 126 no Pego.

Faltam menos de dois anos para a central a carvão do Pego, no concelho de Abrantes, deixar de ter licença válida (acaba em Novembro de 2021), mas os accionistas, a Endesa e a Trustenergy, estão a “explorar todas as hipóteses de mitigar o impacto negativo em termos da economia da região e de aproveitar aquilo que ali está”, disse o presidente da Endesa Portugal, Nuno Ribeiro da Silva.

Apesar de estarem preparados para o cenário de “desmobilização completa”, os accionistas estão a olhar para várias possibilidades que permitam encontrar “um racional económico para manter valor naquela central”, porque “não é só uma questão de tecnologia e equipamentos”.

No final, até se pode encontrar “uma combinação” de soluções, em que exista “uma componente de biomassa, outra de solar fotovoltaico e a prestação de serviços ao sistema”, adiantou.

A conversão da central para a biomassa já tinha sido posta na mesa. Ribeiro da Silva diz que a hipótese “não morreu”, mas reconhece que o custo deste combustível para uma central com aquela dimensão “atiraria o preço da electricidade produzida para valores bastante elevados”. Por outro lado, as “manifestações de interesse por parte do Governo em estudar” a introdução da tecnologia de produção de “hidrogénio verde” também levam as empresas a considerar esse cenário, recorrendo à energia fotovoltaica.

“O hidrogénio é uma tecnologia promissora e vai ter um papel fundamental na mobilidade, que é o calca-



Os donos das centrais procuram alternativas ao encerramento



O hidrogénio é uma tecnologia promissora e vai ter um papel fundamental na mobilidade, que é o calcanhar de Aquiles da descarbonização

Nuno Ribeiro da Silva
Presidente da Endesa Portugal

nhar de Aquiles da descarbonização”, considerou. Mas há toda uma série de “questões novas que têm de ser analisadas”, nomeadamente perceber “que tipo de programas vai a Europa desenvolver para estimular” este tipo de projectos, que são muito caros.

A haver produção no Pego, e como ao contrário de Sines não há porto que permita pensar na exportação, o destino do hidrogénio seria o consumo interno, afirmou. Outra das possibilidades seria a de pôr a central a prestar serviços ao sistema eléctrico, sendo paga por isso.

Nuno Ribeiro da Silva explica que há uma “questão muito técnica”, que a Endesa também está a estudar para as centrais a carvão que pretende fechar em Espanha, que passa por “manter a central parcial-

mente ligada”, pois, mesmo “sem produzir”, pode ser importante para manter o nível de tensão na rede eléctrica.

O objectivo seria “dar estabilidade ao sistema eléctrico e à rede que compensasse a variabilidade das tecnologias renováveis”, havendo lugar a uma remuneração, que ainda tem de ser calculada.

“Estamos numa fase bastante verde, mas há várias combinações possíveis e estamos a fazer as nossas contas”, disse o presidente da Endesa, adiantando que as empresas pretendem vir a apresentar propostas ao Governo.

Quanto à EDP, que nas palavras recentes de António Mexia “está muito determinada na modernização do sector” energético em Portugal, assume sem grandes detalhes que também está a estudar a viabilidade de investimentos em hidrogénio, em Sines.

A empresa diz estar a “trabalhar activamente em alternativas locais” ao carvão, que passam pelas energias renováveis e pelo hidrogénio, e que permitirão manter os empregos.

Isto num momento em que o Governo já revelou que planeia, para a região de Sines, um grande investimento na produção e exportação de “hidrogénio verde”, e em que a própria presidente da Comissão Europeia já elogiou Portugal pelo empenho na transição energética e pela parceria com as autoridades holandesas para o desenvolvimento desta tecnologia.

ana.brito@publico.pt

Estaleiros Navais de Peniche internacionalizam-se e abrem unidade em Angola

Investimento
Carlos Cipriano

Empresa de Peniche investe 800 mil euros em unidade de construção de lanchas artesanais em fibra de vidro no Lobito

Os Estaleiros Navais de Peniche estão a construir uma unidade industrial no Lobito, Angola, vocacionada para o fabrico de lanchas de pesca em materiais compósitos que visam substituir as pirogas e as embarcações em madeira dos pescadores da região. O projecto, no valor de 800 mil euros, vai criar no Lobito entre 40 e 50 postos de trabalho, de acordo com Jorge Brandão, administrador dos Estaleiros Navais de Peniche.

A empresa penichense rumou a Angola depois de há dois anos ter estado à beira da falência, em parte devido à queda do grupo AMAL – Construções Metálicas SA que, em conjunto com a OxyCapital, era proprietária dos estaleiros. Hoje, a OxyCapital continua a deter os Estaleiros Navais de Peniche, mas o sócio maioritário é angolano – a Investnautica, que detém 70% do capital.

Do lado dos clientes, Angola é também um dos principais mercados. A empresa tem produzido embarcações de pesca para aquele país e está presentemente a concluir um navio para a pesca de cerco para um armador angolano. No entanto, os projectos mais recentes são a construção de protótipos – co-financiados por fundos comunitários ao abrigo do Portugal 2020 – com os quais querem captar o interesse de clientes angolanos. É o caso de um barco antipoluição que os Estaleiros Navais de Peniche esperam poder produzir em maior escala para a Sonangol, de uma embarcação de suporte feita à medida da Sonaref (petrolífera angolana) e de um barco de trabalho para as eólicas offshore.

Para breve está prevista a construção de dez embarcações de pesca, também para Angola.

Os estaleiros penichenses têm, assim, trabalho assegurado para, pelo menos, mais dois anos. Mas a empresa concorreu também a concursos para fornecer embarcações ao Peru, Uruguai e Costa do Marfim.

A par da construção de barcos, as

actividades de reparação e manutenção representam um terço da facturação dos Estaleiros Navais de Peniche, que fecham 2019 com um volume de negócios de oito milhões de euros. Analide Gaspar, administrador da empresa com o pelouro financeiro, diz que este valor representa um crescimento superior a 200% face ao ano passado.

A exportação representa 30% da actividade da empresa, valor que deverá aumentar à medida que avançarem os projectos para Angola. Jorge Brandão reconhece dificuldades motivadas pela crise naquele país. “Claro que a situação de crise não facilita a concretização dos negócios, mas é uma questão de tempo, pois há necessidades que estão identificadas e que têm de ser vencidas”, diz.

Em 2019, ainda não esperados resultados líquidos negativos, embora com uma melhoria significativa face a 2018. Já o volume de negócio, terá um aumento superior a 300% face a 2018.

A empresa emprega em Peniche 58 trabalhadores. Jorge Brandão diz que o trabalho temporário e os empregos indirectos variam con-



As exportações representam 30% da actividade dos estaleiros de Peniche

soante o volume de produção, mas queixa-se da dificuldade em recrutar mão-de-obra especializada, nomeadamente soldadores, serralheiros mecânicos e técnicos para tratamento com fibra.

Os Estaleiros Navais de Peniche são os terceiros maiores estaleiros privados do país, logo após a Lisnave e os Estaleiros de Viana do Castelo. Mas são os únicos em Portugal que trabalham em simultâneo com aço, alumínio e materiais compósitos (fibra de vidro). Estes últimos são, porém, o elemento diferenciador dos estaleiros penichenses, os quais investiram agora num processo de infusão a vácuo em materiais compósitos que substitui o método tradicional de colar sucessivas camadas de fibra de vidro e de resina no fabrico da estrutura de um barco.

carlos.cipriano@publico.pt